

5 - Literatura paradidática e nacionalismo na Primeira República

Alvaro Santos Simões Junior

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SIMÕES JUNIOR, AS. Literatura paradidática e nacionalismo na Primeira República. In: *Estudos de literatura e imprensa* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, pp. 67-89. ISBN 978-85-68334-47-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

5

LITERATURA PARADIDÁTICA E NACIONALISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA¹

Novos tempos, novas lições

Em *A educação nacional*, obra publicada em 1890, quando se iniciava o regime republicano, José Veríssimo mostrava-se preocupado com a falta de “orgulho nacional” dos brasileiros que, para fazer frente aos “grandes homens” e às “grandes obras” de outras nações, somente podiam contar com a rica natureza do país. Como um dos principais obstáculos à afirmação do “brasileirismo”, o crítico mencionou o “bairrismo” das várias regiões, resultante do isolamento geográfico e da legislação colonial portuguesa, que não estimulava as relações entre as províncias e fazia-as dependentes do Reino. Podendo atuar em favor da “integração do espírito nacional”, a instrução pública estava, no entanto, “pessimamente organizada” e não se voltava ao conhecimento do Brasil ou até mesmo das suas regiões. Para agravar esse quadro, crianças e jovens iam estudar no exterior “na idade justamente em que se começa a formar o caráter e o coração” (Veríssimo, 1985, p.45-7).

1 Este ensaio foi originalmente publicado em italiano no número inaugural da revista *Krypton*, editada por Roma Tre Press. Dedicar-se esta republicação a Letizia Zini Antunes, tradutora do artigo, e Giorgio de Marchis, editor do citado periódico.

Para demonstrar o quanto a educação pública poderia fazer pela “regeneração nacional”, Veríssimo avançou os exemplos da Itália, cuja unificação havia sido obra “dos seus escritores, dos seus poetas, dos seus publicistas, dos seus oradores, dos seus professores” (ibidem, p.50), e da França, que, “diminuída no seu território e fundamente ferida no seu orgulho” com a derrota de Sedan, investia decisivamente em educação:

A literatura pedagógica, até então em França pouco menos de nula, desenvolveu-se em proporções extraordinárias e multiplicaram-se a encherem bibliotecas os trabalhos teóricos e os trabalhos práticos, os trabalhos filosóficos e os trabalhos históricos, sobre as várias feições da ciência e da arte de educar. (ibidem, p.50-1)

No Brasil, onde, ao contrário, nada se fazia, a educação da “mocidade” ficava a cargo de escritores estrangeiros traduzidos, adaptados ou “servilmente imitados”. O próprio Veríssimo pôde testemunhar a respeito, confessando que recebera a “primeira instrução” em livros “portugueses e absolutamente alheios ao Brasil”. Por isso, acabou por declarar que, no imperativo movimento geral de melhoria da educação nacional, que se esperava do novo regime, era fundamental reformar o “livro de leitura”: “Cumpra que ele seja brasileiro, não só feito por brasileiro, que não é o mais importante, mas brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que o anime” (ibidem, p.55).

Antes que surgissem os novos livros didáticos, adequados ao novo regime, as escolas brasileiras seriam tomadas, a partir de 1891, pelo *Cuore*, de Edmondo de Amicis, em tradução de João Ribeiro. Em 1916, Monteiro Lobato, que alguns anos depois revolucionaria a literatura infantil brasileira com *A menina do narizinho arrebitado* (1920), concebido como “livro de leitura”, ainda julgaria o livro de Amicis digno de ser lido por seus filhos, apesar de ser “tendente a formar italianinhos” (Lobato, 1972, p.246).

De 1894 a 1919, ocorreria finalmente no Brasil um *boom* de obras destinadas às crianças escritas por Olavo Bilac, Coelho Neto,

Figueiredo Pimentel, Júlia Lopes de Almeida, Adelina Lopes Vieira, Manuel Bonfim, Zalina Rolim, João Köpke, Arnaldo Barreto, Presciliana D. de Almeida, conde de Afonso Celso, Virgílio Cardoso de Oliveira, João Viana de Almeida, Osório Duque-Estrada, Rocha Pombo, Afrânio Peixoto e Tales de Andrade, entre outros.

Seguindo as diretrizes traçadas por Veríssimo, esses autores didáticos e paradidáticos procuraram contribuir para a “integração do espírito nacional” combatendo as tendências desagregadoras representadas pelo separatismo regional, a imigração indiscriminada e o imperialismo das grandes potências. Obras representativas e bem-sucedidas dessa produção são os *Contos pátrios* (1894), de Olavo Bilac e Coelho Neto, *Porque me ufano do meu país* (1900), do conde de Afonso Celso, e *A pátria brasileira* (1909), de Coelho Neto e Olavo Bilac. Na análise dessas obras, importa considerar os recursos empregados pelos autores para esconjurar os perigos que ameaçavam a jovem República brasileira mediante a formação de “brasileirinhos”.

Perigos reais e imaginários

Instaurada por um golpe de Estado em 1889, a República brasileira passaria por muitos sobressaltos na década de 1890. Em 1890 e 1891, a economia do país foi fortemente abalada pelo Encilhamento, processo fracassado de estímulo a investimentos produtivos por meio de incremento do meio circulante e ampliação do crédito. Em 3 de novembro de 1891, o presidente Deodoro da Fonseca fechou o Congresso, que lhe fazia oposição cerrada, mas vinte dias depois se viu obrigado a renunciar em favor de Floriano Peixoto, vice-presidente, em função da resistência de políticos e militares. Em 4 de fevereiro de 1893, estourou no Rio Grande do Sul uma guerra civil pelo controle do governo estadual e, em 6 de setembro, iniciou-se na baía da Guanabara uma revolução liderada pela marinha de guerra. No final desse mesmo ano, navios da Armada uniram-se

aos revolucionários do sul do país, do que resultou a organização de um governo revolucionário em Santa Catarina. A vitória definitiva do governo legal ocorreria somente em 23 de agosto de 1895, com anistia geral. Nos anos de 1896 e 1897, o país receberia estarecido notícias de um levante popular no sertão nordestino. Camponeses liderados pelo fanático Antônio Conselheiro lutariam com admirável bravura e somente seriam derrotados pela absoluta superioridade da quarta expedição militar que marchou contra eles em outubro de 1897. Como se vê, a República, logo em seus primeiros anos, quase pôs a perder a unidade territorial e política que herdara do Império.

A política de estímulo à imigração como forma de substituir o trabalho escravo e de povoar o interior do país veio a constituir, principalmente no sul, comunidades inteiras de imigrantes que não falavam português e não se integravam à cultura brasileira. Tal situação inquietava muitos intelectuais que, no começo do século XX, já mencionavam abertamente o “perigo estrangeiro”. Olavo Bilac, por exemplo, que em suas crônicas reivindicava insistentemente do poder público a abertura de estabelecimentos de ensino primário por todo o país, via com bastante apreensão o funcionamento regular de escolas de imigrantes em que se utilizavam línguas estrangeiras, principalmente o alemão.² Tal fato fazia o poeta temer o futuro:

A conquista [do Brasil], se um dia se fizesse, far-se-ia pela absorção pacífica e lenta da nacionalidade brasileira. Levantar-se-ia o povo para repeli-la? Mas como, se já não houvesse povo brasileiro? – Isto é, se a maioria da população do Sul fosse uma gente falando alemão, escrevendo alemão, não falando, nem escrevendo, nem compreendendo o português? (B., 1905, p.2)

Compartilhava essa preocupação Sílvio Romero, um dos intelectuais brasileiros mais respeitados (ou temidos) daquele tempo.

² A propósito dos estabelecimentos de ensino mantidos por imigrantes, v. Kreutz (2004).

No opúsculo *O alemanismo no sul do Brasil*, publicado em 1906, denunciou a voracidade do império germânico, que no curto período de 1884 a 1888, transformou-se na “terceira potência colonial do mundo” (Romero, 1979, p.234), e alertou para o risco iminente que corria o Brasil diante dos projetos de conquista dos alemães:

Para eles, para esses homens que sabem o que querem, o critério supremo da nacionalidade, o sinal revelador, o expoente excelso da raça é a língua, ouçam bem, é a língua. Este sinal é tudo. Onde é a pátria alemã?, perguntava o poeta, e ele mesmo respondia: É onde se fala a língua alemã...

Entre nós, a linguagem é apenas um instrumento para retóricas e parlapatices; não tem outro préstimo, e tanto não tem, e aqui chego ao ponto onde queria apontar, que nas colônias alemãs do Brasil não se fala português... *Proh pudor!* Fala-se nelas alemão. É dizer tudo; não precisa juntar mais nada para quem compreende a gravidade do fato. (ibidem, p.235)

Assegurando que a doutrina de Monroe era o único obstáculo às pretensões dos alemães no sul do Brasil, pois os fazia temer “uma complicação provável com os Estados Unidos”, Sílvio Romero considerava entretanto inevitável uma tentativa de separação:

Pois pode lá nunca a Alemanha, que conta com a prolificidade de sua gente, com o vigor de seus filhos e com a habilidade deles, admitir que um, ou dois, ou três milhões de germânicos, colocados nos nossos Estados do sul se deixem governar, dirigir, pelos mulattos (é como eles nos chamam a todos) do Brasil?

É mister não saber nada de Alemanha e alemães para acreditá-lo. O *Deutschum* do Brasil fará *da sè*; o da Europa tem confiança e espera. (ibidem, p.255)

Como julgava que o Brasil não podia contar para sempre com o amparo norte-americano, Romero propunha medidas administrativas, políticas e militares para evitar a concentração de alemães em ter-

ritório contínuo e, entre várias propostas de combate ao *Deutschtum* (alemanismo), sugeria “forçar os colonos a aprenderem o português, multiplicando entre eles as escolas primárias e secundárias, munidas dos melhores mestres e dos mais seguros processos” (ibidem, p.258).

Bilac também recomendava a abertura de escolas públicas nas colônias como forma de combater o “perigo estrangeiro” e, como autor de manuais escolares, muito provavelmente procurava fomentar o amor ao Brasil entre os filhos dos imigrantes.

Em artigo publicado no *Jornal do Comércio* em 1912, Alberto Torres já demonstrava possuir argumentos contra o racismo que dava sustentação à ideologia colonialista, especialmente em sua versão germânica:

A ambição ao domínio universal, das raças teutônicas, fundada na pretensão da sua superioridade, é um ideal político conhecido, que conta em seu serviço com a autoridade de uma ciência e de uma literatura, com a força econômica, o poder militar, a aparente superioridade, física e mental, a real vantagem atual, destas raças. É uma pretensão infundada e injusta; e a todas as razões com que a ciência contemporânea respondeu à ciência dos imperialistas, o Brasil – museu vivo de etnologia e esplêndido laboratório de experimentação étnica – pode juntar documentos irrefutáveis. O teutão, localizado no Brasil, prospera ou declina, em função do meio físico ou da vida social, nas mesmas condições que o branco de origem europeia meridional, o preto e o índio. (Torres, 1978, p.258)

Se, por um lado, já não temia a desigual competição do brasileiro com uma suposta “raça superior”, o publicista denunciava, por outro, a real ameaça que pairava sobre o Brasil:

... talhado em vastas zonas de influência estrangeira, onde quase todas as estradas de ferro, incluindo as mais rendosas, caem em poder de sindicatos estrangeiros, onde se projeta executar uma rede ferroviária continental, subordinada a planos estranhos aos interesses do país, com a posse de portos, de outros instrumentos

de viação, obras e serviços públicos, largas feitorias de mineração, agrícolas e pastoris, bastantes estas para aniquilar a indústria nacional, realizando-se, assim, pública e confessadamente, um plano de expansão colonial, uma política social e econômica, um Estado no Estado – e um Estado que traz para a luta com os nossos Estados de politiquice e com a nossa Federação de caudilhagem, com o próprio esqueleto das nossas melhores riquezas, a musculatura da vontade implacável de povos habituados a vencer e o nervo de quantos capitais queiram pedir às Bolsas congestionadas da Europa! (ibidem, p.120)

Evidentemente, o objetivo maior de Torres era suscitar contra essa ameaça de dominação estrangeira uma reação nacionalista, que em um *país novo* como o Brasil somente poderia ser liderada pela intelectualidade:

... a formação *artificial* das nacionalidades, tal como a nossa, impõe, como necessidade imperativa, a formação, por convicção racional, da consciência nacional: a criação e o desenvolvimento, *par en haut* – da inteligência para os hábitos, do raciocínio para os reflexos, – do instinto de conservação e de progresso nacional. (ibidem, p.131, grifo do autor)

Àquela altura, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, manuais didáticos e a literatura paradidática já vinham atuando em prol da formação *par en haut* do nacionalismo brasileiro junto às novas gerações e ministrando *conscientemente* “antídotos” contra os vários perigos reais ou imaginários que ameaçavam o Brasil.

Ideologia e nacionalismo

Na década de 1960, Dante Moreira Leite já podia declarar, com convicção, que o patriotismo ou nacionalismo foi sempre “imposto de cima para baixo, num movimento intelectual e político” e que a vitalidade e permanência da propaganda nacionalista, acentuada

em “períodos de crise ou guerra”, indicava que o nacionalismo era “sustentado pela educação e pelos veículos de comunicação de massa” (Leite, 1976, p.19). Segundo a perspectiva crítica do autor, o nacionalismo não poderia resultar simplesmente de uma “análise objetiva das características nacionais”; construído mediante a “exaltação das qualidades de um povo”, via de regra comparado a outros “considerados inferiores”, o nacionalismo sempre pressuporia uma “afirmação de poder e grandeza”. Quanto à tese de que haveria nacionalismos “saudáveis” e nacionalismos “doentios ou destrutivos”, sugeri que não seria difícil encontrar representantes da segunda categoria; bastaria, por exemplo, mencionar o nazismo. Na primeira categoria, poderia ser enquadrado o nacionalismo dos países sul-americanos, o qual seria “frequentemente defensivo” e forma de “afirmação nacional diante do imperialismo” e resistência ao “expansionismo de outros países” (ibidem, p.20).

Resultado de doutrinação ideológica, a *nação* seria essencialmente *cosa mentale*, podendo ser definida, segundo Benedict Anderson (2008, p.32), como uma “comunidade política imaginada” com limites definidos, mas soberana em seu território. A *nação* tem de ser, necessariamente, *imaginada* porque seus membros não podem conhecer-se pessoalmente, embora todos “tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles”. Concebida sempre como uma “profunda camaradagem horizontal”, a despeito de acentuadas diferenças internas de classes e regiões, a *nação* suscita um tal sentimento de fraternidade que dispôs “milhões de pessoas”, na história recente, “não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas” (ibidem, p.34).

Corroborando as teses de Anderson, Eric Hobsbawm sugeriu que a *nação* moderna pode vir a “preencher o vazio emocional causado pelo declínio ou desintegração, ou a inexistência de redes de relações ou comunidades humanas *reais*” e que as pessoas aderem a esse sucedâneo porque “os Estados e os movimentos nacionais podem mobilizar certas variantes do sentimento de vínculo coletivo já existente e podem operar potencialmente, dessa forma, na escala macropolítica que se ajustaria às nações e aos Estados modernos”

(Hobsbawm, 2011, p.58). A esse respeito, deve-se acrescentar que a formação das nações não dispensa “o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social” (ibidem, p.20).

Hobsbawm mencionou a escola primária como parte da “maquinaria de comunicação” acionada pelos Estados “para difundir a imagem e a herança da ‘nação’ e inculcar a adesão a ela”, bem como para vincular os habitantes “ao país e à bandeira” (ibidem, p.106). No Brasil, como demonstraram os textos já comentados de Veríssimo, Romero e Bilac, foram alguns intelectuais que apontaram a importância da escola e dos livros destinados às crianças para a constituição do nacionalismo “defensivo” brasileiro, antes mesmo que o Estado investisse largamente na instrução primária. As três obras paradigmáticas que aqui se analisam definiram os contornos do nacional como forma de combater os “perigos” daquele tempo.

Contos pátrios

Segundo Humberto de Campos, os *Contos pátrios* foram escritos às pressas por Olavo Bilac e Coelho Neto com a finalidade de resolver dificuldades financeiras do poeta parnasiano, que fora obrigado a exilar-se em Minas Gerais durante a Revolta da Armada. Em 1894, o autor do romance *A conquista* teria apresentado ao editor Francisco Alves duas propostas de edição: um romance e um livro de contos escolares (Campos, 1954, v.1, p.74). A aceitação imediata da segunda proposta e, antes disso, a sua própria formulação já indicavam clara percepção, por parte dos envolvidos no *negócio*, de uma demanda real a ser atendida.

Concebidos como livro de leitura escolar, os *Contos pátrios* acabavam por acentuar um dos aspectos da “duplicidade congênita” da literatura destinada à criança. Por um lado, deixavam em segundo plano o atendimento dos “interesses da criança”, que lhe propiciaria um “meio de acesso ao real” ao favorecer “a ordenação de experiências existenciais, através do conhecimento de histórias, e a expansão de seu domínio linguístico” e, por outro, colocavam ênfase

se na contribuição para o “processo de dominação do jovem, assumindo um caráter pedagógico, por transmitir normas e envolver-se com sua formação moral” (Zilberman; Magalhães, 1982, p.14).

O livro, com efeito, continha histórias exemplares e modelos de comportamento de modo a aconselhar ou recomendar padrões de conduta que pudessem combater o egoísmo, a ganância e o preconceito. Para os propósitos deste ensaio, interessam os contos que tratavam especificamente do Brasil e do amor a ele devido.

Abria justamente o volume uma narrativa ambientada em região fronteira não nomeada que sofria inesperada invasão de destacamento militar estrangeiro cuja origem não se esclarece. Os “sertanejos”, prevenidos por um companheiro que testemunhara o desembarque dos inimigos, prepararam-se para a resistência apesar de sua acentuada inferioridade numérica. Acabaram expulsando os invasores graças ao fator surpresa, uma vez que os estrangeiros não contavam com uma reação imediata, e principalmente devido à coragem e à valentia.

A superioridade moral dos sertanejos resultava da consciência de que defendiam não apenas suas propriedades, suas vidas e as de seus familiares, mas principalmente algo muito maior, como se percebia na fala de um dos heróis: “– Se morrermos, todos os nossos corpos ficarão marcando a fronteira da Pátria. Pelas nossas ossadas e pelas cinzas de nossas cabanas, os que vierem mais tarde conhecerão o limite do Brasil” (Bilac; Coelho Neto, 2001, p.10). Por isso, os bravos sertanejos abriram fogo gritando “viva o Brasil”. Quando o rarefeito bando de patriotas apresentou-se vitorioso à margem do rio que demarcava a fronteira, o narrador insinuaria a aprovação do grande feito no próprio aspecto da *eterna* natureza: “a selva grande e veneranda parecia aplaudir os seus filhos valentes com a sua grande voz murmurosa e constante” (ibidem, p.12).

Pode-se dizer que Bilac e Coelho Neto levaram tão a sério seus papéis de apóstolos cívicos que abriram o volume com uma parábola, pois a indefinição das balizas espaço-temporais da narrativa evidenciava seu caráter alegórico e seu propósito pedagógico e moralizante é por demais evidente. Cabe apenas notar que o inimigo

é, a princípio, sul-americano, haja vista que atravessa um rio para penetrar em território brasileiro. A propósito, ainda havia em 1894 litígios territoriais com Argentina e Bolívia, por exemplo.

O sétimo conto, intitulado “O recruta”, narra a transformação sofrida por Anselmo, um campônio forte, trabalhador, corajoso e *analfabeto*, que durante a Guerra do Paraguai tornou-se “voluntário de pau e corda”. Quando os soldados responsáveis pelo “recrutamento” chegaram à sua terra, não nomeada, “houve quem fugisse”. Anselmo, ao contrário, submeteu-se, mas se sentindo contrariado por razões que o narrador esclarecia:

Para a sua alma inculta e primitiva de filho da roça, a Pátria não era o Brasil: era o pedaço de terra que ele regava com o suor de seu rosto. Fora daquilo não havia mais nada. Que tinha ele com o resto do mundo? Por que havia ele de vestir uma farda, e ir morrer abandonado e desconhecido, sem uma amizade, sem uma simpatia, numa terra [sic] de questões que não entendia e que não eram suas? (ibidem, p.46)

Evocando circunstâncias históricas específicas, Bilac e Coelho Neto não ousaram atribuir ao rústico camponês um patriotismo consciente. Se sua terra fosse invadida pelos paraguaios, ele os enfrentaria em defesa “do seu ganha-pão, do seu trabalho, dos seus hábitos”, mas não lhe ocorreria jamais “ir defender o Sul, ir defender o Imperador” (ibidem).

Conduzido ao Rio de Janeiro, Anselmo ficaria confinado ao quartel, recebendo treinamento e submetendo-se à dura disciplina militar, que se impunha com insultos e castigos físicos. Entretanto, a convivência com os companheiros de farda foi operando uma lenta mudança no espírito do camponês, que na Corte, tão longe de sua terra, veio a encontrar “o mesmo céu, a mesma língua, quase os mesmos costumes” (ibidem, p.49). Finalmente, convivendo com os soldados antigos, aprendeu a odiar o inimigo Solano Lopes.

No dia da partida, desfilando por ruas “cheias de povo”, no ritmo da banda marcial, Anselmo deixou-se invadir pelo entusias-

mo e já não via a hora de bater-se com os paraguaios. Mas a conversão final do *bairrista* em *patriota* ocorreu quando a banda atacou o hino nacional e um “vento brando” desfraldou a bandeira brasileira: “E, então, ali, a ideia sagrada de Pátria se apresentou, nítida e bela, diante da alma de Anselmo”. Nessa hora, o relutante “recruta” de outrora compreendeu “que a sua vida valia menos que a honra da nação” e desejou “morrer gloriosamente, abraçado às dobras daquela formosa bandeira” (ibidem, p.50). Com a história de Anselmo, os autores ofereciam às crianças em idade escolar o prazer de julgarem-se privilegiadas ou mesmo superiores por assimilarem o patriotismo *racionalmente* sem precisar seguir a via *empírica* ou *intuitivo-sentimental* percorrida pela personagem rústica e *analfabeta*.

Na décima narrativa do livro, os autores não necessitaram recorrer à inventiva para apresentar aos seus jovens leitores exemplos de patriotismo abnegado. Bastou-lhes evocar um episódio heroico da cidade do Rio de Janeiro, que no dia 11 de setembro de 1710 foi invadida por cerca de mil soldados liderados por Jean-François Duclerc. Pequena e mal armada, a guarnição militar concentrou-se em torno do palácio do governador Francisco de Castro Morais, deixando o restante da cidade desprotegido. Os invasores já marchavam pelo centro da cidade quando, na Rua Direita, depararam com uma “multidão de moços” que, com armas improvisadas, partiram para um assalto desesperado: “Aquela mocidade robusta e alucinada, a que o amor da pátria dava forças sobre-humanas, combatia cega, delirante, sem cuidar de regras e leis de batalha” (ibidem, p.62). Era de tal forma valorosa a resistência, que os soldados de Duclerc bateram em retirada e, pouco depois, capitularam.

Em 1909, Coelho Neto e Bilac recheariam *A Pátria brasileira* de episódios heroicos do passado nacional.

No final dos *Contos pátrios*, Bilac e Coelho Neto inseriram narrativa intitulada “Pátria nova”. Tratava-se, na verdade, de um *diálogo* entre dois imigrantes napolitanos, pai e filha. Em um belo domingo de sol e pasmaceira, o colono “já quase velho” isolara-se de todos e afundara em melancólicas meditações. Sofria de saudades de sua terra – “terra ingrata”, garantia o narrador, “que não

tinha pão bastante para dar a tanta gente” (ibidem, p.107) –, de onde partira, para sempre, havia exatos dez anos. Foi arrancado de sua cisma pela chegada da filha, “forte mulher, ainda no verdor da idade”, que trazia nos braços uma criança adormecida. Ao saber do motivo que deixava seu pai entristecido, a jovem confessou-lhe que, naquele dia, também acordara com saudades de sua aldeia, onde deixara as “companheiras de folguedos” e a sepultura da mãe. Decidira, no entanto, nada dizer para não magoar o pai, imaginando que este não se lembrasse. A resposta do colono, no entanto, foi lapidar: “Quem esquece a sua terra não tem coração” (ibidem, p.109). Torcendo as rédeas da conversação, a jovem napolitana procurou dissipar a melancolia do pai, aconselhando-o a esquecer, assim como ela, que estaria disposta a não pensar mais no assunto: “– [...] foi aqui que vi felizes todos os meus, foi aqui que casei, foi aqui que nasceu o meu filho, o seu neto... Por que é que não hei de amar esta terra, como se ela fosse a minha?” (ibidem).

Diante da reação escandalizada do pai, que lhe perguntara se seria capaz de esquecer a sua terra, a jovem sentiu a necessidade de explicar-se melhor:

– Não! esquecer não posso... não posso... Mas diga-me: a terra de lá é que é a sua, e é a que é a minha... qual é, porém, a desta criança que aqui está, que nasceu aqui e que vai crescer ignorando a língua que nós mesmos já vamos esquecendo e vendo todos os dias, da infância à idade madura e à velhice, esta pátria da liberdade e da riqueza? Olhe! veja como ela bate palmas, contente a este sol que a viu nascer! (ibidem)

Sensibilizado pela alegria transbordante da criança, o velho acabou deixando-se convencer: “– Tens razão, filha! Esta é a terra de teu filho, esta é a pátria do meu neto: por que é que não há de ser também a nossa terra?” Tomando a criança nos braços, erguia-a e abaixava-a exclamando: “– Bravo, brasileiro!” (ibidem, p.110).

Conscientes da relevância numérica e econômica dos imigrantes no final do século XIX, Bilac e Coelho Neto forjaram para eles uma

lição especial de patriotismo. Mas, sintomaticamente, escolheram suas personagens entre imigrantes italianos, cuja *exemplar* integração à cultura brasileira era bem mais acentuada em comparação com a dos alemães.

Porque me ufano do meu país

Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, filho do visconde de Ouro Preto, presidente do último Conselho de Ministros do Império, publicou *Porque me ufano do meu país* em 1901, ainda em comemoração do IV Centenário do Descobrimento. A epígrafe “*Right or wrong, my country*” não deixava dúvidas sobre os propósitos da obra, com a qual o autor pretendia, conforme declarou no primeiro capítulo, ensinar “patriotismo” aos filhos. Sucesso editorial e leitura obrigatória nas escolas por décadas, o livro ainda seria muito criticado por seu nacionalismo ingênuo e acrítico,³ que passou a ser denominado “ufanismo”.⁴ A ingenuidade, no entanto, talvez fosse apenas aparente.

Com *Porque me ufano do meu país*, as crianças aprendiam que o Brasil era “um dos mais vastos países do globo” (Celso, 1943, p.12); que seu “gigantesco território” representava “um resumo da superfície do planeta, exceto as regiões polares” (ibidem, p.15); que não havia “no mundo país mais belo” (ibidem, p.19); que possuía quatro maravilhas capazes de “notabilizar um país”, a saber: o Amazonas, a cachoeira de Paulo Afonso, a floresta virgem e a baía do Rio de Janeiro (ibidem, p.21); que o seu solo, “um imenso escrínio de gemas” (ibidem, p.41), continha riqueza “extraordinária” em ouro e diamantes; que na agricultura e na pecuária poderia “produzir tudo quanto reclama[sse]m as necessidades físicas do homem” (ibidem, p.44) e tornar-se, assim, o “celeiro do mundo” (ibidem, p.45); que o clima não opunha obstáculos à presença humana, sendo “raros os

3 “Pegajoso”, na pitoresca expressão de Antonio Dimas (1994, v.2, p.542).

4 Sobre edições e a repercussão da obra, v. Bastos (2002).

casos de insolação ou congelamento” (ibidem, p.50) e, finalmente, que não havia calamidades naturais:

Não há ciclones, como nos Estados Unidos, inundações, como na Espanha, fomes e pestes prolongadas, como em tantos pontos da Europa e da Ásia.

De terremotos não se aponta notícia, nem vestígio. Vulcões, nem apagados, nem traços de extintos. Nevoeiros persistentes não envolvem as nossas costas, onde raros naufrágios ocorrem. (ibidem, p.54)

Sobre as três principais raças que constituíram o Brasil – índios, negros e portugueses –, Afonso Celso assegurava: “Qualquer daqueles elementos, bem como o resultante deles, possui qualidades de que nos devemos ensoberbecer. Nenhum deles fez mal à humanidade ou a deprecia” (ibidem, p.57). Com poucas exceções, os índios seriam dóceis e hospitaleiros; os negros mostraram-se, durante a escravidão, que vigorou até 1888, capazes de “sentimentos afetivos, resignação estoica, coragem, laboriosidade” (ibidem, p.65); os portugueses deram mostras de seu valor ao construir o Brasil, “esse colosso” (ibidem, p.69); os mestiços revelaram “tenacidade” e “bravura” ao enfrentar um “poderoso exército” em Canudos (ibidem, p.75).

Ao tratar das qualidades da gente e da terra do Brasil, Afonso Celso procurava claramente opor barreiras à ideologia colonialista, que implicava em desprezo pelas regiões tropicais e pelas raças “inferiores”.⁵ Considerando a inevitável miscigenação dessas raças no Brasil, o autor não hesitou em declarar: “O mestiço brasileiro não denota inferioridade alguma, física ou intelectual” (Celso, 1943, p.75).

5 No excelente ensaio “De cortiço a cortiço”, Antonio Candido (1993, p.141-4) discute brevemente sobre a visão que intelectuais do final do século XIX tinham do “meio” e da “raça” brasileiros.

A partir do 23^a capítulo (são 42, ao todo), a obra voltou-se para a história do Brasil, naturalmente coberta de glórias: “Em quatro séculos de história, o número de suas vitórias militares supera sobremaneira o de seus desastres. Estes, sobre escassos e honrosos, nenhuma consequência aviltante produziram. E não tardou a desforra” (ibidem, p.80-1).

Após listar as guerras em que o Brasil se envolveu, assinalou o autor que nelas abundavam “façanhas legendárias, iguais às mais famosas do universo”. Feitos heroicos também teriam sido registrados nas guerras civis, mas, quanto a estas, disse apenas que cumpria “esquecer” (ibidem, p.89). Coerentemente, não escreveria uma linha sobre os sobressaltos da República, com exceção da Guerra de Canudos, evocada *en passant* para, como se viu, ressaltar as qualidades do mestiço, que afinal de contas, se insurgira contra mudanças introduzidas pelo novo regime.

As ações gloriosas ou magnânimas dignas de lembrança para Afonso Celso foram as dos períodos colonial e imperial. Eis algumas de suas lições históricas: “A conquista portuguesa não se caracteriza pelas violências da espanhola...”; “O nosso regime colonial foi mais suave que o de quase todos os povos americanos” (ibidem, p.108-9); “A inquisição não medrou entre nós” (ibidem, p.112). Não cabe discutir a exatidão dessas lições, uma vez que seu objetivo declarado era insuflar o orgulho patriótico dos brasileiros, em cuja história haveria fatos dignos de celebração épica: a ação dos jesuítas, as aventuras dos bandeirantes, a guerra holandesa, a resistência dos Palmares e a retirada da Laguna. Cada um desses episódios foi narrado em capítulo específico, mas insurreições e revoltas que prenunciaram a Independência foram abordadas em meia dúzia de linhas.

Ao destacar os “grandes nomes da história” brasileira, Afonso Celso não deixou dúvidas sobre seu posicionamento político após doze anos de República, pois atribuiu verdadeiro protagonismo histórico ao segundo imperador, D. Pedro II:

Eis o grande vulto da história brasileira. [...] Já começaram a lhe render justiça os próprios que o depuseram do trono e o baniram.

Consideram-no, pelo menos, um bom, um desinteressado, um amigo da Pátria. Época virá, não mui remota, em que unanimemente se lhe reconhecerá a benemerência, proclamando-o a nação inteira o mais eminente dos brasileiros, o mais nobre dos americanos (sem excetuar Washington e Bolívar), uma das figuras mais simpáticas e veneradas da história universal. (ibidem, p.148-9)

Os republicanos não mereceram menção nominal no livro, mesmo quando se tratava de aludir aos que ousaram “apear” do trono e “banir” da Pátria o seu “grande vulto” que, digno e altivo, “não formulou uma queixa, no meio de tamanhas ingratidões e iniqüidades” (ibidem, p.154).

Obrigado a ser otimista, uma vez que o desânimo equivaleria a “uma injustiça, a uma ingratidão” (ibidem, p.168), Afonso Celso não deixou, porém, de observar, discretamente, que a situação que então se enfrentava, após doze anos de República, era “penosíssima” (ibidem). No capítulo dedicado aos “Perigos que ameaça[va]m o Brasil”, mencionou francamente suas apreensões: “separação do território nacional em vários Estados; intervenção nos seus negócios de alguma potência estrangeira” (ibidem, p.164-5). Porém, seu “ufanismo” não dava margem ao desespero, pois sabia não haver “antagonismos” entre as partes que compunham o Brasil e contava com a valentia de “quem já expulsou os franceses do Rio de Janeiro e do Maranhão” e “combateu trinta anos e afinal venceu os holandeses” (ibidem, p.165-6).

Mas o monarquista que descrevera o Brasil como um recanto privilegiado do globo confiava, no fundo, em uma proteção ainda maior e mais alta: “Se [Deus] aquinhoou o Brasil de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos” (ibidem, p.169). Com sua visão pacífico-idílica do Brasil e de sua história, o conde de Afonso Celso vinha a sugerir o glorioso Império como o resultado espontâneo ou natural da ação de poderosas forças telúricas ou místicas⁶ que não conviria contrariar. Como o Brasil

6 A respeito da perspectiva teológica de Afonso Celso, v. Dimas (1994, p.542-4).

tinha atingido seu apogeu com o grande estadista D. Pedro II, a “brutal” mudança de regime deveria ser considerada um equívoco.

A Pátria brasileira

Em crônica publicada no *Correio Paulistano* em 25 de novembro de 1907, Olavo Bilac listou Afonso Celso entre os quinze ou dezesseis “monarquistas sinceros, seguros, declarados, intransigentes e irreduzíveis” do Rio de Janeiro, que não se confundiam com os oportunistas. Estes conviviam muito bem com as autoridades republicanas, obtinham delas favores e vantagens, mas conspiravam clandestinamente pela restauração monárquica (apud Dimas, 2006, v.2, p.103).

Dois anos depois, unir-se-ia novamente o poeta parnasiano a Coelho Neto para escrever *A Pátria brasileira*, obra destinada à “educação moral e cívica” dos “alunos das escolas primárias”. Os autores transformaram vários episódios da história do Brasil em exemplos ou lições de abnegação, solidariedade, bravura e devoção à Pátria. Teriam, portanto, as crianças em quem se espelhar na sua vida adulta.

Zumbi e seus guerreiros do quilombo dos Palmares, por exemplo, foram celebrados como fundadores de uma “república”. Apesar de esmagados pelo governo colonial, teriam deixado a lembrança de sua “esforçada luta pela liberdade” (Coelho Neto; Bilac, 1918, p.153).

Felipe dos Santos, que tentou liderar uma rebelião em Vila Rica, atual Ouro Preto, apresentava-se no livro como um “precursor” de Tiradentes. Bilac e Coelho Neto narraram a cruel execução do herói que, amarrado à cauda de um cavalo, foi em 16 de julho de 1720 arrastado pelas ruas, “ensopando com o seu sangue precioso o pó da sua amada cidade” (ibidem, p.178-9). Como não queriam os “donos do país” reconhecer que governavam “não tribos errantes e brutas, mas um povo que sabia compreender o valor do seu esforço” (ibidem, p.171), nova reação seria inevitável: “Daí a poucos

anos, tinha de aparecer, na mesma terra, outro herói: a causa da liberdade nacional precisava de mais sangue..." (ibidem, p.179).

A grande vítima da "opressão" (título de um capítulo) colonial seria o alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido pela alcunha de Tiradentes, o único dos inconfidentes a receber a pena capital, por enforcamento, em 21 de abril de 1792. Os autores dedicaram um capítulo especial ao "martírio de Tiradentes" que, segundo eles, se ofereceu serenamente ao sacrifício, "com os olhos pregados no crucifixo" (ibidem, p.201) empunhado pelo padre que o assistia. A vítima revia-se na figura do Cristo porque, como ele, era capaz de dar a vida por quem amava. Esquecido durante o Império, o alferes transformava-se em um dos grandes mitos republicanos, como deixavam claro Bilac e Coelho Neto: "as gotas de sangue do herói não caíram em terreno estéril, porque a árvore de sacrifício se fez árvore de redenção, e a República é o fruto da semente de martírio lançada à terra nessa manhã de abril" (ibidem).

Vítimas igualmente respeitáveis teriam sido os participantes da Revolução Pernambucana de 1817, que adotou a República como sistema de governo. A revolta acabou por ser sufocada e muitos revolucionários foram impiedosamente executados. Mas Bilac e Coelho Neto explicaram aos seus jovens leitores: "O solo, de onde tinha de rebentar a árvore da liberdade, ainda precisava, como adubo, de muito sangue e muita lágrima. Nenhuma grande conquista da humanidade se fez senão com grandes sofrimentos acumulados" (ibidem, p.220).

Após a Independência (1822), funcionava no Rio de Janeiro uma Assembleia Constituinte que, julgando-se soberana, decidira que "todos os soldados de origem europeia apenas pudessem estacionar a uma distância de seis léguas da cidade" (ibidem, p.235). Ao tomar conhecimento da medida, que colocava em dúvida a lealdade dos soldados nascidos em Portugal, D. Pedro I ordenou a dissolução da Assembleia. Ato contínuo, foram presos e expulsos do país vários constituintes, entre os quais José Bonifácio e dois de seus irmãos. O "Patriarca da Independência", que amargaria cinco anos de exílio, era, segundo Bilac e Coelho Neto, vítima de

imperdoável ingratidão: “Desterrando José Bonifácio, o Imperador castigava aquele que mais serviços lhe prestara. O grande brasileiro [...] começava a sofrer as consequências da credulidade, que o levava a confiar no *constitucionalismo* de um filho de reis absolutos” (ibidem, p.236-7).

Em Pernambuco, a medida autoritária não ficou sem resposta. Revolucionários republicanos instituíram a Confederação do Equador que, não obstante, foi logo vencida. Dezesete conjurados pagaram a ousadia com a vida, entre os quais frei Caneca, fuzilado no Recife, e João Guilherme Rattcliff, enforcado no Rio de Janeiro. Mas como esclareciam os autores do livro, o sacrifício não havia sido em vão: “A ideia progredia. Sobre o chão da pátria continuavam a cair cadáveres de mártires. Sobre esse montão de cadáveres tinha de se apoiar um dia, inabalável e vencedor, o ideal republicano” (ibidem, p.237).

Sem nomear um herói particular, Bilac e Coelho Neto prestaram sua homenagem ao *farrapos* gaúchos que fundaram a “sua república” e “tinham com as suas *guerrilhas* atordoado e batido os exércitos regulares que o Império lhes opunha” (ibidem, p.250). Para ilustrar o heroísmo desses homens que sustentaram sua independência por dez longos anos (1835-1845), os autores narraram a chegada de um guerreiro à sua *querência* após a anistia:

No silêncio e no recolhimento da tarde que caía, galopava o gaúcho. Sabia bem que não viria encontrar a família: essa como ele, tinha também seguido os bandos guerreiros; uns tinham morrido, outros erravam ainda... O Farrapo queria ver a sua estância, a sua propriedade. Chegou. Já não viu a larga porteira: tinha sido queimada. Entrou. Nos campos, cheios outrora de criação, havia agora, apenas mato. Não viu a casa, outrora opulenta e bela: a casa era um montão de destroços.

[...]

Que importavam os desastres, a ruína e a miséria?

Tinha-se batido pela liberdade da sua terra... podia dormir tranquilo. (ibidem, p.250-1)

Convinha aos autores esquecer que esses heróis do pampa se insurgiram contra a ordem instituída e que representaram a mais séria ameaça à integridade política e territorial do Brasil no período imperial. Interessava também a eles esquecer os intuítos separatistas das insurreições que louvaram tão enfaticamente. Oito anos antes, o conde de Afonso Celso já declarara ser necessário esquecer as guerras civis. Estava então provavelmente consciente de que “*l’essence d’une nation est que tous les individus aient beaucoup de choses en commun, et aussi que tous aient oublié bien des choses*” (Renan apud Anderson, 2008, p.32).

Para Bilac e Coelho Neto, mais importante do que esquecer algumas coisas era certamente poder encontrar no passado antigos anseios republicanos e dar à história brasileira uma interpretação teleológica que fizesse da instituição da República a grande aspiração nacional pela qual se sacrificaram sucessivas gerações de brasileiros. Instituído pelo filho do rei português, que também seria por sua vez rei de Portugal (e, apesar disso, um herói nacional, segundo Afonso Celso), o Império não passara de uma barreira artificialmente imposta à plena liberdade do povo brasileiro. Tal interpretação da história colocava sobre os ombros das pobres crianças em idade escolar a responsabilidade de zelar por um precioso legado, a República, que custara a vida de tantos brasileiros. Em 1909, após a “Regeneração” do Rio de Janeiro, a vitória contra a febre amarela, a resolução dos últimos conflitos de fronteira, a desarticulação das oposições jacobina e monarquista e a consolidação da “política dos governadores”, que pacificou os estados e fortaleceu o poder central, os autores podiam, *sem corar*, exigir dos seus jovens leitores o sacrifício hipotético:

... a República foi feita pacificamente: o povo recebeu-a como a realização de uma esperança antiga.

A República começou sob magníficos auspícios; e, para que ela se torne grande e forte, urge que todos os que nascerem à sombra do seu pavilhão glorioso, num esforço comum e patriótico trabalhem pela sua prosperidade, e não se recusem a defendê-la, no momento

em que, acenando aos filhos, ela lhes pedir o sacrifício supremo do sangue. (Coelho Neto; Bilac, 1918, p.281)

Bilac e Coelho Neto encerraram prudentemente sua obra com a Proclamação da República, desobrigando-se de tratar dos “heróis” do novo regime. Pouparam-se, assim, a difícil tarefa de narrar, por exemplo, os feitos de Floriano Peixoto, “consolidador da República” para simpatizantes como Coelho Neto e “ditador” para gente como Bilac, que fora preso pelo “Marechal de Ferro”.

Em estudo da obra didática e paradidática de Bilac, Marisa Lajolo considerou a literatura escolar da Primeira República instrumento de difusão dos valores da classe dominante apresentados como valores nacionais. Por isso, Antonio Candido pôde, no prefácio, dizer que “Bilac surge do livro de Marisa Lajolo como uma espécie de homem providencial para as necessidades ideológicas das camadas dominantes”; sua “idealização nacionalista” não condecoraria o “homem brasileiro” como “ator eventual de uma rebeldia que mudasse as condições de sua vida miserável”, mas sim como “beneficiário de um paternalismo esclarecido” (Candido, 1982, p.10). Em *A pátria brasileira*, no entanto, Bilac, em colaboração com Coelho Neto, reuniu uma galeria de heróis, propostos como exemplos a serem seguidos, que se insurgiram contra a ordem estabelecida em nome da liberdade, da igualdade e da justiça. Pode-se supor que essas lições não eram especialmente tranquilizadoras para as camadas dominantes...

Conclusão

Para José Veríssimo, com o advento do novo regime tornava-se imperativo criar livros escolares que pudessem combater o “bairrismo” e favorecer a “integração do espírito nacional”. Como para intelectuais como Sílvio Romero e Olavo Bilac a escola era uma instituição estratégica para combater o “perigo estrangeiro” e fomentar a coesão nacional, o “livro de leitura” tornava-se um instru-

mento fundamental para a constituição *par en haut* (ou de cima para baixo) do nacionalismo defensivo brasileiro.

Sendo a nação “coisa imaginada”, era função da literatura paradidática tornar compreensível, com engenho e arte, a ideia de Nação Brasileira de modo a estimular o sentimento de fraternidade e vínculo coletivo entre as crianças, independentemente de sua origem regional, social ou étnica para que elas pudessem agir com a mesma abnegação e fervor patriótico dos sertanejos da fronteira, do camponês Anselmo ou dos jovens cariocas que enfrentaram Duclerc. Sendo estrangeiras ou filhas de imigrantes, que pudessem, ao menos, sentir gratidão pelo rico e generoso país que as acolhia.

Entretanto, além dessa “camaradagem horizontal”, seria igualmente importante a solidariedade com as sucessivas gerações que ajudaram a construir o Brasil. Como dissera Renan, a essência de uma nação implica que todos os indivíduos tenham coisas em comum e esqueçam muitas coisas. As acentuadas divergências entre *Porque me ufano do meu país* e *A Pátria brasileira* tornam evidente que, na construção consciente do nacionalismo, pode haver entendimentos conflitantes acerca do que merece ser lembrado e do que deve ser esquecido. De caso pensado, o monarquista Afonso Celso e os republicanos Olavo Bilac e Coelho Neto projetaram sobre o passado nacional as dissensões do presente que viviam. Sem recursos para resistir à doutrinação e talvez ávidas por conhecer o Brasil, as crianças da Primeira República eram induzidas a tomar um partido, sem provavelmente supor que o faziam.